

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/375742828>

Para uma Crítica do Anti-Humanismo da Economia Ecológica

Conference Paper · November 2023

CITATION

1

READS

44

1 author:



Lucas Trentin Rech
Federal University of Bahia

27 PUBLICATIONS 16 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



Para uma crítica do anti-humanismo da Economia Ecológica Sessão Temática: Ecologia Marxista

Autor: Lucas Trentin Rech

Filiação Institucional: Professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador Associado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada junto à Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia.

E-mail: lucas.rech@ufba.br

Resumo

Nesse trabalho são avaliadas as posições filosóficas da economia ecológica, um paradigma econômico e, portanto, uma filosofia social, a partir de sua caracterização da modalidade fundamental da objetividade humana, o trabalho. Busca-se identificar a posição dos economistas ecológicos no que diz respeito à relação capital trabalho e à relação do ser humano com a natureza extra-humana. Atesta-se que, de fato, a economia ecológica constitui um paradigma que não escapa aos limites pequeno-burgueses. Ao romperem apenas parcialmente com a análise neoclássica, sem se desfazerem da estreiteza da racionalidade do *homo economicus*, os economistas ecológicos, mesmo que sem plena consciência de seu ato, foram impelidos para a defesa de soluções ‘ecológicas’ que preservem o *ethos* burguês e, portanto, à defesa da dominação burguesa da natureza, humana e extra-humana.

Palavras-chave: Economia Ecológica; Ecologia Marxista; Humanismo; Ontologia Social; Metabolismo Social.

Abstract

This work evaluates the scientificity of ecological economics, an economic paradigm and therefore a social philosophy, based on its characterization of the fundamental modality of human objectivity. It is shown that, in fact, ecological economics is a paradigm that does not escape petty-bourgeois limits. By partially breaking with neoclassical analysis, without

getting rid of the narrowness of the homo economicus rationality, ecological economists, even if not fully aware of their act, have been driven to defend 'ecological' solutions that preserve the bourgeois *ethos* and, therefore, to defend bourgeois domination of nature, both human and extra-human.

Keywords: Ecological Economics; Marxist Ecology; Humanism; Social Ontology; Social Metabolism.

A propriedade privada é apenas a expressão sensível do fato de que o homem se torna objetivo para si e, ao mesmo tempo, se converte bem mais em um objeto estranho e inumano [...] A propriedade privada tornou-nos tão estúpidos e unilaterais que um objeto só é nosso quando o temos, quando existe para nós como capital ou quando é imediatamente possuído, comido, bebido, vestido, habitado, em resumo, utilizado por nós. Se bem que a propriedade privada concebe, por sua vez, todas essas efetivações imediatas da posse apenas como meios de subsistência, e a vida, à qual elas servem de meio, é a vida da propriedade privada, o trabalho e a capitalização. (MARX, 1978, p. 10-11).

Introdução

Como bem destacara Carlos Nelson Coutinho (2010, p. 31) “o critério para avaliar a científicidade de uma filosofia do social reside no modo pelo qual ela apreende (ou ignora, ou mistifica) as categorias econômicas, que constituem a modalidade fundamental da objetividade humana”. É a partir desse critério que avaliaremos nesse trabalho – não se constitui-se ou não em um paradigma científico, mas sob qual estrutura se constitui –, a concepção filosófica do ser-humano presente na Economia Ecológica (eco-eco). Isto é: de qual forma a eco-eco apreende a relação capital-trabalho? como descreve a atual organização econômico-social? como comprehende a existência humana, isto é, como aparece o ser humano no interior das elaborações da eco-eco?

Para encontrar as respostas é importante que, de início, definamos o que será tratado como economia ecológica e a partir de quais textos. Sendo o destinatário desse trabalho o congresso da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (SBEE), não seria peremptório adotar como objeto de análise a autoclassificação, na qual encontramos o seguinte:

A Economia Ecológica funda-se no princípio de que o funcionamento do sistema econômico, considerado nas escalas temporal e espacial mais amplas, deve ser compreendido tendo-se em vista as condições do mundo biofísico sobre o qual este se realiza, uma vez que é deste que derivam a energia e matérias-prima para o próprio funcionamento da economia. Uma vez que o processo econômico é um processo também físico, as relações físicas não podem deixar de fazer parte da análise do sistema econômico, o que a tornaria incompleta. Com isso, a natureza do problema envolve elementos tanto econômicos quanto biofísicos. [...] A Economia Ecológica conforma-se assim a partir deste reconhecimento maior da

importância da conexão entre o sistema econômico e o ambiente natural, e carrega o propósito de integrar-se analiticamente os componentes do sistema econômico com os do sistema ambiental, procurando-se assim compreender seu funcionamento comum. [...] não rejeita os conceitos e instrumentos da “economia convencional” e da “ecologia convencional”, e irá utilizá-los sempre que estes se fizerem necessários, mas reconhece a insuficiência destes para o propósito de uma análise integrada, apontando para a necessidade do desenvolvimento de novos conceitos e instrumentos. (SBEE, Sítio Eletrônico, p. *Economia Ecológica*)

Se daqui já poderíamos iniciar nossa análise ao apontar a naturalização do “sistema econômico” como equivalente em espontaneidade ao “ambiente natural” e, também, ao destacar que a economia ecológica “não rejeita os conceitos da economia convencional”; parece mais adequado, para que se compreenda o que é esse “sistema econômico” e o que é essa “economia convencional” que saímos dos limites estreitos do sítio eletrônico da SBEE. Para delimitarmos nossa análise nos valeremos, principalmente, de dois textos: i) aquele já consagrado de Martinez-Alier (2015), publicado na *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*, e em 2015 traduzido para o português por Joseph Weiss e Clóvis Cavalcanti; e ii) o artigo seminal do brasileiro Clóvis Cavalcanti (2010), intitulado *Conceptions of Ecological Economics: its Relationship with Mainstream and Environmental Economics*. Apesar de essa seleção não contemplar todo o campo da Economia Ecológica, Martinez-Alier (2015) se propôs a uma extensa revisão da literatura da área enquanto Cavalcanti (2010) apresenta uma “rápida revisão e uma avaliação crítica do pensamento econômico tradicional em vista a dimensão ambiental do processo econômico” (Ibid., p. 53) [tradução nossa].

A partir de Cavalcanti (2010) e Martinez-Alier (2015) fica claro que em economia ecológica a “economia convencional” é a economia neoclássica e que o “sistema econômico” é o sistema de produção e acumulação capitalista. De início, portanto, parece possível enquadrar a economia ecológica como um campo de pensamento que não foge da capitulação da economia política aos limites da consciência pequeno-burguesa, mas para tal procedimento é ainda necessária uma análise mais detalhada. Mas ressaltamos, como fizera Marx (1956, p. 250) quando se referiu aos economistas políticos ingleses, que a eco-eco, caso se enquadre, não o faz “por princípio”, “o que os torna representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que essa classe não ultrapassa na vida, de que são consequentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais os interesses materiais e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia”.

A eco-eco, filosoficamente, estaria, assim, inserida naquela que Coutinho (2010, p. 23) chamara “filosofia da decadência” que “consiste precisamente em negar ou em limitar o

papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens”. Seria também um campo do conhecimento “burocratizado”, já que “reproduz incessantemente a espontaneidade da economia de mercado, desligando-se da totalidade e submetendo todas as contradições reais a uma homogeneização formalista” (Ibid., p. 41).

Para proceder com tal enquadramento esse trabalho está dividido em três seções para além dessa introdução. Na próxima seção se buscou responder as três perguntas presentes no primeiro parágrafo e, assim, sistematizar a lógica de apreensão da totalidade presente na eco-eco. Na seção de número dois apontamos para o esvaziamento da compreensão do ser humano em economia ecológica. Na terceira seção, antes das considerações finais, trataremos de como a verdadeira relação entre o ser humano e a natureza escapa da análise positivista dos economistas ecológicos.

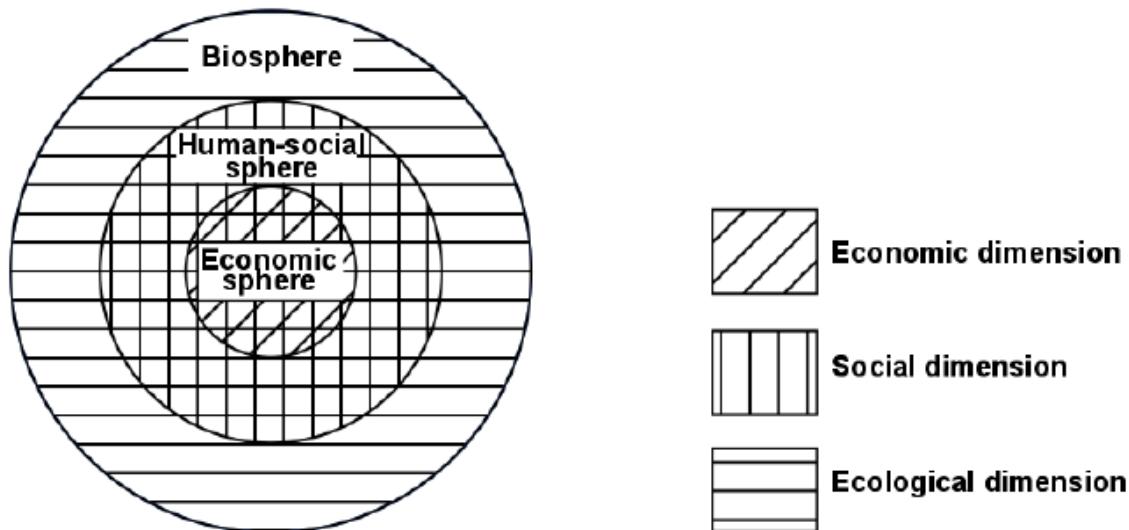
1. Ser Humano, Trabalho e Sistema Econômico na Economia Ecológica

Em Rech (2019) se demonstrou que aquilo que aparece na superfície dos paradigmas econômicos está estritamente ligado à vinculação filosófica desses. Quando Marshall (1920), por exemplo, constrói seu sistema econômico, ele vai além dos meros limites estreitos, e já limitantes, do positivismo-empiricista britânico que se espalhara na segunda metade do século XIX. Do ponto de vista da estética, Marshall (1920) constrói um modelo neokantiano¹ que não busca refletir a realidade, mas, a partir do modelo construído, pô-la.

Quando Passet (1979) constrói a imagem da “economia embutida” alguns puderam pressupor que, então, se passaria da análise estática neoclássica para uma análise dinâmica. O sistema econômico não estaria mais livre de limites, nem seria ele totalitário, já que os limites seriam aqueles da biosfera e que a própria sociedade se colocaria como fator limitante. Isto é, o mercado estaria ‘inserido’ na sociedade que por sua vez estaria ‘inserida’ na biosfera.

Figura 1: A economia embutida nas instituições da sociedade humana e na biosfera

¹ “na obra de Marshall (1920) [...] há uma clara inflexão do paradigma marginalista a uma espécie de positivismo metafísico kantiano, já que se consolida uma teoria atemporal e concebida a partir de axiomas semelhantes àqueles da geometria. Vale destacar que em Immanuel Kant a ideia de juízo sintético implicava que ao juízo cabia pôr a realidade para em seguida determiná-la, tal qual faz Marshall (1920) ao pressupor um sistema de mercado para, a partir dele, determinar as condições da realidade” (RECH, 2019, p. 117)



Fonte: Martinez-Alier (2015, p. 2)

Todavia, dada as limitações do método positivista, nem Passet (1979) nem Martinez-Alier (2015), e se tomarmos a revisão de literatura desse último como ampla e correta, como o fazem os economistas vinculados a eco-eco, nem os demais economistas vinculados a eco-eco romperam, de fato, com a análise neoclássica do ‘sistema econômico’. Por mais que esteja ‘inserida’, a esfera econômica funciona e opera como o sistema posto por Marshall (1920). Leiamos as seguintes definições de Martinez-Alier (2015) e Cavalcanti (2010):

O desenho mostra a realidade óbvia que a natureza existiu antes da sociedade humana e a sociedade humana se antecipou em muitas gerações ao sistema de mercado generalizado. Esta visão tem implicações para a economia. O ensino da teoria das externalidades (i.e. os impactos da economia ao meio ambiente não medidos por preços de mercado) não deve esperar até o momento no qual os alunos já compreendam a **análise do equilíbrio geral do mercado**. Ao contrário, o **estudo do mercado (crematística) deve seguir o estudo da ecologia** e das instituições sociais. (Martinez-Alier, 2015, p. 2) [grifos nossos]

As an ecological economist, questioned about the primary task of the economic science, I feel inclined to follow the current that emphasizes its role of **explaining human behavior conditioned by scarcity**. Life is a continual succession of choices that represent the confrontation of different valuations. This happens because, in some way, resources – including, and above all, time – are scarce. [...] It is for no other reason that one of the **best known definitions of economics** underlines the fact that economics “**is the science which studies human behaviour as a relationship between ends and scarce means which have alternative uses**” (Robbins, 1984, p.16)” (Cavalcanti, 2010, p. 61) [grifos nossos]

Não estão os autores da eco-eco, portanto, a partir da ‘incrustação’ da economia na biosfera, negando a espontaneidade do mercado presente na teoria neoclássica, sequer se está negando o estudo do equilíbrio geral. De fato, estão apenas, a partir de hipóteses *ad-hoc*, colocando limites externos ao modelo. É sim, como bem argumenta Cavalcanti (2010)²,

² “If perchance, orthodox economics deals with environmental impact, it is to treat it as a phenomenon external to the economic system, as a market failure. For it external factors can, with adequate methods, be internalized

um procedimento distinto da *Economia do Meio Ambiente* neoclássica, na qual as externalidades são mero recurso instrumental *a posteriori*. Entretanto, apesar de diferentes compreensões quanto à maior relevância do ‘sistema econômico’ (economia do meio ambiente) ou do ‘sistema ambiental’ (eco-eco), o sistema econômico é precisamente o mesmo:

Emphasis in the market should only be reserved for **the efficient allocation of preexisting resources** (which is what static microeconomics studies). When dealing with the situation in which new resources are being mobilized (economists of any stripe call this expanding the dimensions of the Edgeworth box), a theme located within the scope of economic macrodynamics, the road opens for unification on biophysical bases of ecological and economic systems as interdependent and co-evolving forms – to Georgescu-Roegen (1971) the chief task and challenge of EE. (Cavalcanti, 2010, p. 60) [grifos nossos]

Economistas ecológicos compreendem e até simpatizam com esforços para “internalizar” externalidades no sistema de preços, **concordam facilmente com propostas para corrigir preços com impostos** (tais como a aplicação de “impostos sobre a depreciação do **capital natural**” ou de impostos à poluição) mas negam que exista um conjunto de “preços ecologicamente corretos”. (Martinez-Alier, 2015, p. 5)

A partir dessas citações já é possível que respondamos duas das três questões que iniciaram esse trabalho: o sistema-econômico capitalista é visto não apenas como natural, mas como aquele que através do sistema de preços de mercado aloca eficientemente os recursos pré-existentes – conforma-se assim o *naturalismo burguês* –. É também a partir dos preços de mercado e de uma *regulação ex-post* que se podem corrigir problemas ambientais causados pelo ‘sistema econômico’. Logicamente, dessas apreensões, temos que a relação capital-trabalho é inteiramente naturalizada e a-historicizada. Os mercados são espontâneos e as relações de propriedade também o são. É verdade também, e reconhecemos isso, que a propriedade privada é um dogma ‘menos forte’ na concepção da eco-eco, já que há uma consideração pelas ‘instituições’.

O institucionalismo da eco-eco não é, porém, similar aquele de Thorstein Veblen, mas sim àquele da Nova Economia Institucional (NEI) que teve seu método precisamente analisado em Teixeira (2004), que concluirá o seguinte:

O problema com a NEI, particularmente a vertente de North, é, a nosso ver, tentar explorar uma nova temática, suscitada pelo historicismo e que em princípio surge como crítica à abstração neoclássica, mas mantendo seus fundamentos teóricos positivistas, com a mesma concepção de abstração e o individualismo metodológico. As instituições entram pela porta da frente. O positivismo entra pela porta dos fundos e as expulsa da teoria. Assim, esta vertente realiza uma

within the price system: a means, supposedly, for correcting market failure. [...] [enquanto na economia ecológica] the conception of the economy [is] as an open system within the ecosystem (the ecosystem is the whole; the economy, a part. Matter and energy enter into the economic system, go through a process – the throughput – and turn into waste or degraded matter and energy. The significance of the throughput is equivalent to the metabolic flow of a living organism.” (Cavalcanti, 2010, p. 59).

combinação (uma tentativa de solução eclética, portanto) entre, de um lado, a temática historicista e sua preocupação com as instituições sociais e, de outro lado, a noção positivista de teoria, com a noção de abstração e o individualismo metodológico presentes nesta. O problema surge, conforme argumentamos anteriormente, pela tentativa de fazer uma análise interdisciplinar das relações econômicas, porém seguindo dentro dos marcos metodológicos do positivismo, o que acaba por estabelecer o predomínio da visão econômica, mais propriamente da teoria econômica neoclássica, nas demais esferas sociais como a política, a história e a sociologia, com a extensão a estas do individualismo metodológico e da teorização centrada em conceitos puramente abstratos. (Teixeira, 2004, p. 24)

Ao se diferenciarem dos economistas neoclássicos, os economistas ecológicos cometem o mesmo erro daqueles vinculados à NEI. Definem o núcleo da teoria neoclássica “simplesmente por um conjunto de pressupostos (como é correntemente utilizado o critério de classificação de Láktos). O erro está então em achar que se foge do mundo neoclássico simplesmente mudando ou flexibilizando pressupostos como racionalidade, equilíbrio, ausência de custos de transação e outros” (Ibid., p. 19) enquanto o correto seria definir o núcleo rígido neoclássico a partir do seu método e não de seus pressupostos mais ou menos rígidos. Não por acaso, um dos grandes debates entre neoclássicos *hardcore* e economistas ecológicos está na definição de “sustentabilidade fraca” ou “sustentabilidade forte” (ver Martinez-Alier, 2015, p. 9).

Quando se trata da pergunta ainda não respondida, qual seja, aquela que busca compreender como é definido o ser-humano no arcabouço da eco-eco, sua resposta já estaria suficientemente pressuposta no argumentado até aqui, isso é, ao tomar emprestado o ‘sistema econômico’ neoclássico-marshalliano, toma-se emprestado também o seu indivíduo maximizador. Entretanto, não é necessário pressupor a resposta, já que ela está explicitada em Cavalcanti (2010, p. 62):

[Marshall, 1920] definition of economics, which he equates to political economy, consists in emphasizing that it is dedicated to examining “that part of individual and social action which is most closely connected with the attainment and with the use of the material requisites of wellbeing.” (ibid, p.1). **This is an interpretation of economics as a discipline dealing with choices, as in the analysis of consumer behavior within conditions of unlimited want and finite resources.** Implied in this view is the idea that to behave economically means to make one’s activities and one’s organization “efficient,” rather than wasteful (Knight, 1965, p.510). In other words, it means choosing the least costly course of action, or the one whose benefits are maximized. From the economic-ecological perspective an obvious implication is that the economic system’s expansion gives rise to positive environmental opportunity costs (the environment is scarce).

O ser humano é, portanto, aquele mesmo ser humano racional Marshalliano, sempre em busca da maximização de sua utilidade. A grande diferença é que agora existem limites naturais mais claros, pois sejamos justos com Marshall, apesar de construir um sistema fechado ele nunca determinou a inexistência de fatores externos, apenas assumiu que o

mercado os resolveria a partir da difusão completa da propriedade privada. Ainda, e é importante que recordemos, que foi o sucessor de Marshall em Cambridge, Arthur Pigou, o primeiro marginalista a defender a internalização das externalidades. A diferença do *homo economicus-marshalliano* para o *homo economicus-ecológico*, reside, em determinados casos, na substituição das “preferências reveladas” neoclássicas por uma ‘ordem lexicográfica’, na qual, “alguns bens são mais importantes que os outros” (Martinez-Alier, 2015, p. 7).

Como definimos em Rech (2019, p. 149), Marshall (1920) definirá “mesmo que com uma ressalva inicial, que toda a ação humana é, direta ou indiretamente, tomada a partir de uma deliberação racional”. Se vale do princípio da continuidade, definido logo no início de seu livro, “para estender a racionalidade dos homens de negócios, que supostamente deliberariam a partir de cálculos cuidadosos, para o homem comum³, ainda que sem a mesma capacidade intelectual, em certa medida, agiria da mesma forma”. A finalidade das ações humanas será, então, resumida à unidade monetária. “Não que Marshall (1920) defendia que o fim da ação humana seja o dinheiro, mas como é esse o meio para o fim desejado⁴, é em unidades monetárias que devem ser medidos os desejos e as escolhas individuais” (Ibid.).

Ao compreender a ação humana dentro desse mesmo escopo, pode-se reduzir a mera querela afirmações como:

“A economia ecológica não tem compromisso com um único tipo de valor, expresso num numerário ou numa unidade de conta. “A questão não é se pode ser determinado um valor só num mercado, pois há muito os economistas debatem sobre outros meios de valoração; nossa preocupação é com o pressuposto de que, em qualquer diálogo, todas as valorações ou numerários devem ser redutíveis a um único padrão unidimensional” (Funtowicz e Ravetz, 1994: 198). A economia ecológica abrange a valoração monetária e também avaliações físicas de impactos ambientais na economia humana, medidos em seus próprios numerários físicos. Também dá importância a indicadores sociais.” (Martinez-Alier, 2015, p. 8)

When prices are attached to natural resources – which is the case for those that have a market such as petroleum –, such values constitute invariably an underestimation. In traditional national accounting, zero value is implicitly conferred on all resources of nature, giving them the condition of “free goods.” But what values could be used in these calculations? It is difficult to say, especially when there are things such as life in general or as a biological species threatened with extinction, in particular, that certainly have an infinite value. However, reality imposes a search for some form of valuation” (Cavalcanti, 2010, p. 63)

³ “They [the modern economists] deal with man as he is : but being concerned chiefly with those aspects of life in which the action of motive is so regular that it can be predicted, and the estimate of the motor-forces can be verified by results, they have established their work on a scientific basis” (MARSHALL, 1920, p. 22)

⁴ “In short, money is general purchasing power, and is sought as a means to all kinds of ends, high as well as low, spiritual as well as material” (MARSHALL, 1920, p. 18). The “attractive force [of an occupation] can be estimated and measured by the money wages to which they are regarded as equivalent” (Ibid., p. 19).

Não se está, a partir da economia ecológica, como aparece na superfície, buscando outra racionalidade que não aquela do mercado, a partir do naturalismo burguês, naturalizase também os motivos burgueses (bem-estar individual medido em unidades monetárias) e a racionalidade burguesa (maximização individual, bem ou completamente informada, de utilidades medidas em unidades monetárias). Ao não apontar para possibilidades de mudança que vão além do horizonte burguês, o objetivo da eco-eco se converte em melhorar o horizonte informacional para que, então, a correta precificação possa ocorrer. No limite, os economistas ecológicos apenas apreendem a existência de falhas de mercado e limitam a compreensão do *homo economicus*. Em franca posição neokantiana, assumem que se essas informações fossem perfeitas, a deliberação seria sempre correta⁵. Isto é, o exaurimento dos recursos naturais experimentado por nós não advém do modo de produção adotado pela sociedade nos últimos dois séculos e meio, se tomarmos a revolução industrial como marco, ou três séculos e meio, se tomarmos a promulgação da *Bill of Rights* no Reino Unido como marco, o exaurimento advém das falhas informacionais que não permitem a correta valoração dos recursos ambientais finitos.

2. O esvaziamento do ser humano na Economia Ecológica

Na seção anterior demonstramos a relação essencial entre a eco-eco e a economia neoclássica. Essa relação essencial está na visão positivista da ciência, que como definida por Lowy (1996) se sustenta em: i) uma sociedade regida por leis naturais (imutáveis); ii) uma sociedade que pode, *e deve*, ser estudada a partir dos métodos empregados nas ciências naturais; iii) uma visão do cientista como observador de fenômenos, aquele que busca relações causais para explicá-los, de forma objetiva, sem ideologias e julgamentos de valor (p. 17). Contudo, também pretendemos ter demonstrado que se a estrutura marshalliana é aparentemente objetiva, sua lógica está mergulhada em definições subjetivas⁶ que não são definidas pela realidade, mas que buscam defini-la.

É por partirem do individualismo metodológico – que Martinez-Alier (2015, p. 10) acredita ter sido afastado da eco-eco, mas que por preservar o método positivista e naturalizar a racionalidade neoclássica tal afastamento se torna impossível – que os economistas ecológicos, aparentemente autônomos à neoclássica, nunca estiveram afastados da filosofia

⁵ “O desenvolvimento do potencial humano não deve e não pode ser alcançado pelo incremento do consumo de “bens de posição (posicionais)”. Portanto, parar o crescimento econômico é sensato dos pontos de vista ecológico, econômico e social. **A falta de crescimento requer uma reavaliação dos bens e serviços que podemos obter dos ativos comuns** (commons) sem prejudicar o bem-estar de outros povos. (Martinez-Alier, p. 6)

⁶ ao leitor interessado em aprofundar-se no assunto recomendamos Rech (2019, pp. 142-168)

da decadência. Coutinho (2010, p. 32) ao comentar a passagem de Marx (1965) referente à capitulação da economia política inglesa à mentalidade pequeno-burguesa, destaca que “é fundamental a indicação de que a ideologia decorre não apenas da capitulação à espontaneidade imediata da vida, ao aparecer fenomênico da economia, mas também da confusão – ligada àquela capitulação – entre o especial e o geral, o particular e o universal”. É justamente por não se livrarem do “sistema econômico” neoclássico, e de sua racionalidade, que os economistas ecológicos não são capazes de romperem o *ethos* pequeno burguês.

Ao partirem das leis da termodinâmica, em especial da primeira (matéria e energia se conservam) e da segunda (matéria e energia tendem a se dissipar), os economistas ecológicos definirão que, em não existindo crescimento material real, já que o novo produto é matéria anterior transformada, não poderia, também, existir crescimento de bem-estar. O bem-estar é, assim, reduzido a um fenômeno ‘psicofisiológico’ (Costanza et. al., 1997; Daily e Farley, 2011).

Os produtos da atividade social do ser humano, tal como na filosofia da decadência, são definidos como algo inteiramente alheio à essência humana; “opera-se uma cisão entre a essência (a práxis criadora) e a existência (vida social)” (Coutinho, 2010, p. 37). Para além da redução do homem econômico marshalliano, temos na eco-eco uma substituição quase que completa da objetividade pela subjetividade. É como se não houvesse diferença substancial, objetiva, entre o ser-humano repousar sua cabeça para dormir em um travesseiro preenchido com penas de ganso, e que para sua fabricação contou com trabalho humano (presente e passado), algodão e pelagem de ganso, ou repousar sua cabeça em uma pedra. Afinal, esse bem-estar distinto entre apoiar-se em uma pedra ou em um travesseiro de penas de ganso é uma percepção meramente ‘psicofisiológica’. É precisamente por isso – essa subjetividade desligada de suas objetivações concretas – que estamos defendendo, desde o princípio desse texto, que a eco-eco está inserida na filosofia da decadência. É um campo do conhecimento que sequer consegue perceber que ao transformar a natureza extra-humana, a partir de uma posição teleologicamente determinada, o ser humano transforma também a si mesmo, transforma não apenas sua natureza orgânica, mas também sua natureza social.

Por meio do método de análise marxiano, e pelo legado teórico do economista alemão, compreendemos que é no trabalho que se encontra a atividade fundante do ser-humano. É no ato de construir os meios para sua existência que o ser-humano constrói a si, se subjetiva. E através do trabalho que energias e matérias que não poderiam satisfazer

necessidades humanas de maneira direta passam a ter uma utilidade. Como em exemplo que apresentamos em outra oportunidade

A maniçoba, prato originário da Amazônia brasileira, tem como principal ingrediente a folha da mandioca. Essa folha, sem o trabalho humano, tem valor nutricional nulo e, a depender do ponto de cozimento, pode levar ao óbito de quem a consome. Todavia, através do trabalho as folhas são moídas e cozidas até que se retire o ácido de caráter venenoso e, então, a mesma possa ser consumida. Nesse exemplo, o trabalho humano criou, a partir da transformação da natureza, um valor de uso. (RECH, 2023, p. 437)

Logo, se o trabalho é mediador entre ser humano e natureza, seu metabolismo⁷, “a forma de trabalho, mais especificamente a forma sob a qual o trabalho é organizado, ditará a forma com que a humanidade se relaciona com a natureza. Mas não apenas isso, a forma social atribuída ao processo de trabalho ditará o próprio relacionamento com os seus iguais” (*Ibid, Ibidem*).

Lukàcs (2007, p.45) definiu a essência do humanismo como aquele processo no qual o conhecimento do homem está direcionado à defesa de sua dignidade e de seus direitos. Algo estranho à sociedade burguesa, já que, na essência dessa está a separação do ser humano dos seus meios de produzir a vida⁸ que incluem, obviamente, a separação do ser humano da terra, da natureza – uma ruptura metabólica, nos termos de Burkett e Foster (2006) –. A transformação da sociedade feudal em sociedade capitalista contou, sobretudo, com a expulsão de milhões de seres-humanos do ‘campo’ e com sua realocação nas ‘cidades’. Foi, assim, quebrada a relação *direta* entre a atividade fundante do ser-humano, o trabalho, e seu meio de existência, a terra. Não é com isso dizer que não se preserve uma relação *indireta* – até porque não há vida humana sem grãos, frutas e proteínas –, é simplesmente dizer que para a grande massa de trabalhadores e trabalhadoras, a atividade concreta e objetiva de produzir se dá nas grandes cidades, em ambientes fechados, ‘isolados’ da natureza, em fábricas ou escritórios.

Com a predominância sempre crescente da população urbana, amontoada em grandes centros pela produção capitalista, esta, por um lado, acumula a força motriz histórica da sociedade e, por outro lado, desvirtua o metabolismo entre o homem e a terra, isto é, o retorno ao solo daqueles elementos que lhe são constitutivos e foram consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestimentas, retorno que é a eterna condição natural da fertilidade permanente do

⁷ “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]” (MARX, 2013, p. 255). “O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais” (*Ibid.*, 261)

⁸ sobre a teoria da alienação marxiana ver Konder (2009)

solo. Com isso, ela destrói tanto a saúde física dos trabalhadores urbanos como a vida espiritual dos trabalhadores rurais. (MARX, 2013, p. 572)

Ao ‘inserir’ o sistema econômico na biosfera a eco-eco o faz apenas aparentemente, já que ignora a objetividade real da existência humana – o trabalho –, e naturaliza um modo de produção no qual o ser-humano está apartado dos meios de produção. O humanismo possível na economia ecológica é somente aquele inserido no que Lukàcs nomeou de pálido utopismo. Na sociedade burguesa, compreendia o autor húngaro,

O humanismo perde seu fundamento nas ciências concretas do homem. A luta pela dignidade e pelos direitos humanos vê-se compelida gradualmente a assumir uma posição defensiva, ideologicamente coagulada em abstrações que conduzem cada vez mais – dada a sua alienação em face da realidade social concreta – a um pálido utopismo (LUKÁCS, 2007, p. 45).

Não são capazes, os economistas ecológicos, de romperem com o naturalismo burguês. E por estarem nele inseridos, naturalizam a exploração do humano pelo humano. Sua miopia pequeno-burguesa não lhes permite enxergar que, se a capacidade de trabalho humana é reduzida a mera mercadoria, a destruição ambiental é mero corolário. A natureza será, a partir do mundo burguês, não mais que objeto apropriável para a valorização do capital.

3. Ser Humano e Natureza

Como apontara Marx (2013, p. 573) da mesma forma que na relação capital-trabalho “o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho”, na relação capital-natureza todo progresso “é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade”.

Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (Ibid., p. 574)

O projeto de civilização capitalista, nos diz Avallone (2015), apoia-se em uma ilusão dualista humano-natureza, na qual o ser humano é apresentado não como parte da natureza, mas como seu dominador. Dessa forma, quando um novo lugar é ‘descoberto’ “il primo atto è sempre stato lo stesso: dichiarare selvaggi i loro abitanti”⁹ (AVALLONE, 2015, p. 26). Selvagens são aquelas populações que fazem parte da natureza, não são, por isso, humanos. Se não são humanos, são passíveis de dominação.

⁹ [o primeiro ato tem sido sempre o mesmo: declarar selvagem seus habitantes]

La natura è stata tra le prime invenzioni di quell'impulso verso il “dominio razionale”. Questa affermazione non è affatto controversa nella storia delle idee (Glacken 1967; Mumford 2005). Tuttavia, gli ambientalisti e persino molti radicali sono spesso scioccati da questa affermazione. La Natura non è “semplicemente lì”. Essa è un'invenzione del tutto moderna. Nessuna civiltà prima del capitalismo immaginava un mondo diviso in due domini: l'Uomo e la Natura. Questa alienazione fu fondamentale per il primo grande movimento di accumulazione originaria a livello mondiale.¹⁰ (AVALLONE, 2015, p. 27)

A relação entre o ser humano e natureza, baseada na exploração, não é, contudo, distinta da relação entre os seres humanos no interior do sistema de produção e acumulação capitalista. A relação entre aqueles pertencentes a classe burguesa e aqueles pertencentes a classe trabalhadora baseia-se também na exploração. Na relação capital-trabalho os produtos do trabalho não são integralmente destinados aos trabalhadores, sequer objetivam o bem-estar desses, parte desses produtos é sempre, pela classe proprietária, apropriada. Dessa maneira, os trabalhadores recebem, por sua força produtiva, menos do que contribuem. Na relação capital-natureza a sociedade humana, ao se utilizar da natureza não repõe, na mesma magnitude, aquilo que dela retira, e por isso cada progresso na agricultura capitalista tem sido um progresso no esgotamento duradouro das suas fontes. Hedlund et. al. (2022) afirmarão que se nas formas anteriores a relação do ser humano com a natureza era de *apropriação*, já que se dava a ela o tempo necessário de recuperação e/ou se buscava compensar a utilização afim de não a deteriorar, na forma capitalista, essa relação é baseada na *expropriação*, pois se dá “devaluing of extra-human nature, its treatment as a “free gift” or tribute to capital”¹¹ (Ibid., p. 455).

Não é, portanto, suficiente, ou mesmo correto, afirmar que

““the primary function of reason is to direct the attack on the environment” (ibid) [Alfred North Whitehead, *The Function of Reason* (1985, p. 5)], with the corollary that “the function of reason is the promotion of the art of life” (ibid, p. 3). That is to say: attacking the environment is something inevitable¹²” (CAVALCANTI, 2010, p. 55).

Essa afirmação é de todo a-histórica. Iguala o ‘ataque’ das sociedades não capitalistas, como por exemplo a dos povos originários que vivem às margens do rio Xingú e há gerações veem nele sua fonte de vida, com o ‘ataque’ da sociedade capitalista, que

¹⁰ [A natureza foi uma das primeiras invenções desse impulso em direção ao "domínio racional". Esta afirmação não é de todo controversa na história das ideias (Glacken 1967; Mumford 2005). No entanto, os ambientalistas e mesmo muitos radicais ficam frequentemente chocados com esta afirmação. A natureza não está simplesmente lá". É uma invenção inteiramente moderna. Nenhuma civilização anterior ao capitalismo imaginou um mundo dividido em dois domínios: o Homem e a Natureza. Esta alienação foi fundamental para o primeiro grande movimento mundial de acumulação primitiva]

¹¹ [desvalorizando a natureza extra-humana, a trata como um ‘presente grátis’ ou um tributo ao capital]

¹² [A primeira função da razão é atacar diretamente o meio ambiente com o corolário que a função da razão é promover a arte da vida. Isso é dizer: atacar o meio ambiente é inevitável]

desviou o curso desse mesmo rio e controla, através de uma imensa massa de capital fixo, o fluxo desse rio. Está, portanto, impregnada por aquilo definido, especialmente em Avallone (2015), como naturalismo burguês. Naturalismo que não se resume ao ‘ataque’, mas também se dirige à razão. Em Cavalcanti (2010) a razão burguesa é *trans-histórica* e *trans-social*, já que esteve presente em todos os momentos históricos e em todas as formas de sociedade que já existiram e ainda existem.

O naturalismo burguês não é exclusividade de Cavalcanti, é marca característica de toda economia ecológica, mesmo que sempre que critiquem o panfleto apólegeta da privatização de Garret Hardin – *A tragédia dos comuns* – lembrem que houve outras formas de organização socioeconômica, como em Martinez-Alier (pp.10-11). A impossibilidade da economia ecológica em compreender a historicidade e a sociabilidade da relação ser humano-natureza lhe impede de, a partir de critérios objetivos, apontar uma saída factível. É também importante que digamos que há aqueles que, em economia ecológica, ao menos coloquem dúvidas sobre a possibilidade de uma ‘economia do decrescimento’ se dar sob a égide capitalista (Ibid., p. 6). Ao mesmo tempo, são poucos aqueles que se furtam a definir a natureza extra-humana enquanto capital natural. Está aí, na classificação da natureza enquanto um ‘tipo’ de capital a principal confissão do naturalismo burguês dos economistas-ecológicos. A relação não é mais entre o ser humano e a natureza, é entre os capitais humano, social e fixo e o capital natural.

Não apenas a relação humano-natureza é social e histórica, mas nossa própria compreensão do que é, para que serve, ou o que deve ser e para que deve servir, a natureza é, necessariamente, social e historicamente mediada¹³:

The notion of nature is as elusive as any concept in the repertoire of thought. Nature palpably exists irrespective of what we say about it. And yet nature only exists for us insofar as we say anything about it. [...] When we speak, or become aware, of something called “nature,” we are apprehending something that also has a history, at the least, because the ways of speaking about it are social practices, and also, in the great majority of instances of interest to us, because the “natural” entity has itself received a human, historical imprint.¹⁴ (KOVEL, 2007, pp. 95-6)

¹³ Em expressões mais profundas do naturalismo burguês, como em economia do meio-ambiente, a relação ser humano natureza deve se dar, só e somente só, a partir da propriedade privada “The essential argument for environmental economics within the capitalist system is that by privatizing nature people learn to care for it as their property” (Kovel, 2007, p. 40)

¹⁴ [A noção de natureza é tão elusiva como qualquer outro conceito no repertório do pensamento. A natureza existe palpavelmente, independentemente do que dissermos sobre ela. E, no entanto, a natureza só existe para nós na medida em que dizemos algo sobre ela. [...] Quando falamos, ou tomamos consciência, de algo chamado “natureza”, estamos a apreender algo que também tem uma história, pelo menos, porque as formas de falar sobre ela são práticas sociais, e também, na grande maioria dos casos que nos interessam, porque a entidade “natural” recebeu ela própria uma marca humana, histórica.]

Ou como destacado no 11º caderno especial redigido, no cárcere, por Gramsci (Q 11, § 30, p. 161), a utilidade de determinados fenômenos naturais, como a eletricidade, é também histórica e socialmente definida:

A eletricidade é historicamente ativa, mas não como mera força natural (como descarga elétrica que provoca incêndios, por exemplo), e sim como um elemento de produção dominado pelo homem e incorporado ao conjunto das forças materiais de produção, objeto de propriedade privada. Como força natural abstrata, a eletricidade existia mesmo antes de sua redução a força produtiva, mas não operava na história, sendo um tema para hipóteses na ciência natural (e, antes, era o “nada” histórico, já que ninguém se ocupava dela e, ao contrário, todos a ignoravam.)

Pelas impossibilidades óbvias provenientes do método positivista, a compreensão sócio-histórica da natureza e da relação do ser humano com ela ficarão fora de todo arcabouço teórico da eco-eco. Kovel (2007, p. 174) colocará a eco-eco enquanto representante ecológica do *mainstream* econômico. Seus proponentes, argumenta o autor, desejam apenas reorganizar o sistema capitalista:

ecological economics is uninterested in social transformation, and accepts the potentials of the present system to absorb the crisis, that is, to “adapt.” To this means, which has in effect become an end, ecological economists employ a great variety of instrumental measures, from “incentive-based” regulations (such as tradeable emission credits) to various ecological tariffs and “natural capital” depletion taxes, as well as penalties against polluters. There is one very definite common denominator underlying all the various interventions of ecological economics, which ties this discourse firmly into the mainstream of capital, and that is the commodification of nature in all aspects, its quantification into a system of value [...] With ecological economics defining nature in the terms of private property, the experts are given an extensive playing field on which they never have to contemplate the fact that unlimited accumulation and ecological integrity form an iron contradiction.¹⁵. (Ibid., pp. 174-7)

A partir de tudo que viemos argumentando até aqui, a afirmação de que “Any sense of real people, and real popular struggle, are abstracted from mandarin texts like *An Introduction to Ecological Economics* [Costanza et. al., 2015]¹⁶” (KOVAL, 2007, p. 185) não parece exagerada, já que não há, no corpo teórico da economia ecológica espaço para o ser humano real, para sua práxis. No momento em que a razão burguesa se torna a única, e

¹⁵ [a economia ecológica não está interessada na transformação social e aceita as potencialidades do sistema atual para absorver a crise, ou seja, para se "adaptar". Para este meio, que se tornou efetivamente um fim, os economistas ecológicos empregam uma grande variedade de medidas instrumentais, desde regulamentos "baseados em incentivos" (como créditos de emissão negociáveis) a várias tarifas ecológicas e impostos sobre o esgotamento do "capital natural", bem como sanções contra os poluidores. Há um denominador comum muito definido subjacente a todas as várias intervenções da economia ecológica, que liga firmemente este discurso ao discurso mainstream do capital, que é a mercantilização da natureza em todos os aspectos, a sua quantificação num sistema de valor. Com a economia ecológica a definir a natureza em termos de propriedade privada, os especialistas dispõem de um vasto campo no qual nunca têm de contemplar o fato de a acumulação ilimitada e a integridade ecológica formarem uma contradição férrea]

¹⁶ [quaisquer noções de pessoas reais, de problemas populares reais, estão abstraídas dos textos seminais como *Uma Introdução à Economia Ecológica*]

que a ação de tipo burguesa é elevada ao patamar trans-histórico, desaparece, necessariamente, a essência da práxis humana, da atividade especificamente humana, que prescinde da relação humana com a natureza extra-humana: o trabalho concreto, produtor de valores de uso. O que aparece como atividade humana em eco-eco é o trabalho abstrato, mediado pela relação capital e, portanto, esvaziado de sua forma original. E aquilo que aparece enquanto natureza é também, e necessariamente, a natureza abstrata, mediada pela relação capital e, por isso, nomeada capital natural.

Considerações Finais

Ao fim desse trabalho, no qual avaliamos a científicidade da economia ecológica, um paradigma econômico e, portanto, uma filosofia social, a partir de sua caracterização da modalidade fundamental da objetividade humana, não é arriscado dizer que, de fato, trate-se de um paradigma que não escapa aos limites pequeno-burgueses. Ao romperem parcialmente com a análise neoclássica, sem se desfazerem da estreiteza da racionalidade do *homo economicus*, os economistas ecológicos, mesmo que sem plena consciência de seu ato, foram impelidos para a defesa de soluções ‘ecológicas’ que preservam o *ethos* burguês e, portanto, à defesa da dominação burguesa da natureza, humana e extra-humana. Esvaziando, assim, qualquer resquício de humanismo que nela possa estar contido.

Sua aparência tecno-científica, na qual os seus membros estão preocupados com os desdobramentos climáticos da ação capitalista é, na essência, uma demonstração da tecno-burocracia em que estão imersos. Modelos formais, que integram a economia burguesa à natureza não representam, senão, a incapacidade dos economistas ecológicos em se desprenderem do sistema de análise econômico-neoclássico, no qual, é sempre bom lembrar, sequer existem as classes sociais e o trabalho assalariado representa uma escolha, e não uma imposição objetiva aos despossuídos. É nas definições conceituais, supostamente científicas e neutras tais quais o ‘capital humano’ e o ‘capital natural’, que os economistas ecológicos revelam sua adesão irrestrita à civilização burguesa e seu patológico anti-humanismo. Na busca de uma solução eclética, que combine métodos de análise ecológicos com os métodos neoclássicos, ou que ponham o modelo neoclássico dentro de um modelo ecológico, os economistas ecológicos excluem o totalitarismo do modelo mecânico neoclássico de um lado, e incluem a racionalidade neoclássica e as relações de produção burguesas por outro. É por isso que, apesar da retórica, suas soluções acabam sempre caindo naquilo que apontam como impossível, isto é, caem sempre na precificação do capital natural (mesmo que, aparentemente, não o homogeneízem como os economistas do meio ambiente).

Como sugere o título do livro de Joel Kovel citado nesse trabalho, ou acabamos com o capitalismo, ou o capitalismo acaba com o mundo. Não há mais espaços para tergiversações. O planeta não está mais aquecendo, ele está fervendo. Economistas Ecológicos bem-intencionados, e eles existem aos montes e, possivelmente, são a maioria dentro do campo, devem refletir se ainda é interessante se valerem de um método próximo, para não dizer igual, àquele do ganhador do Prêmio Nobel em Economia no ano de 2018, William Nordhaus, no qual, para aqueles desavisados ou com pouca memória, com o cinismo característico a todo neoclássico, afirma-se que o ótimo econômico é que o planeta aqueça 4º Celsius.

É imperioso, dentro do contexto de fervura global, e de uma perspectiva que coloque verdadeiramente a dignidade e os direitos humanos como objetivo, reavivarmos a sentença de Rosa Luxemburgo proferida às portas da segunda guerra mundial, mais do que nunca, a opção é simples: “SOCIALISMO OU BÁRBARIE”.

REFERÊNCIAS

- AVALLONE, G. Come la classe dominante governa attraverso la natura. In: Moore, J. *Ecologia-Mondo e crisi del capitalismo*. Verona: Ombre Corte, 2015, pp. 185.
- Burkett, P., and J. B. Foster. 2006. “Metabolism, Energy, and Entropy in Marx’s Critique of Political Economy: Beyond the Podolinsky Myth.” *Theory and Society* 35 (1): 109–156.
- CAVALCANTI, C. Conceptions of Ecological Economics: its Relationship with Mainstream and Environmental Economics. *Estudos Avançados*, 24 (68), 2010, pp. 53-67.
- COUTINHO, C.N. O Estruturalismo e a Miséria da Razão. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- COSTANZA, R., d'ARGE, R., de GROOT, R. The value of the world's ecosystem services and natural capital. *Nature*, 387, 1997, pp. 253–260.
- COSTANZA, R. ET. AL. An Introduction to Ecological Economics. 2nd Edition. CRC Press: Boca Raton, 2015, pp. 356.
- DAILY, H. & FARLEY, J (2011). Ecological Economics : principles and applications. 2nd ed. Island Press, Washington, 2011.

HEDLUND, J.; LONGO, S.B.; CLARK, T.P. The role of distinction in dialectical analyses of socioecology. World Review of Political Economy Vol. 13 No. 4, 2022. pp. 449-475.

KOVEL, J. The Enemy of Nature: The end of capitalism or the end of the world. Zed Books: New York, 2007.

LUKÁCS, G. O jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007.

MARSHALL, A. Principles of Economics. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1920 reprinted in 2013.

MARTINEZ-ALIER, J. Economia Ecológica. Traduzido do original inglês por Joseph S. Weiss e Clóvis Cavalcanti, aprovado para publicação na internet em setembro de 2015., pp. 22. Disponível em: <<http://ecoeco.org.br/economia-ecologica/>>

MARX, K. Manuscritos Econômico-filosóficos. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 2-48.

MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Rio de Janeiro: Vitoria, 1956, pp.111.

MARX, K. O Capital, Crítica da Economia Política. São Paulo: Editora Boitempo, 2013, Livro I.

PASSET, R. 1979, L'Économique et le Vivant, 2nd ed. 1996, Economica, Paris.

RECH, L.T. O Estado na teoria econômica. Salvador, Programa de Pós-Graduação em Economia, Tese de Doutorado, UFBA, 2019.

RECH, L.T. Educação para o mercado: Notas a partir da teoria da alienação marxiana. Germinal: marxismo e educação em debate, Salvador, v.15, n.1, p. 432-448, abr. 2023.

Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. O que é economia ecológica? Publicação Online. Disponível em: <<http://ecoeco.org.br/economia-ecologica/>>

TEIXEIRA, R. A combinação entre o positivismo e o historicismo na nova economia institucional. Anais do X Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia, 2004, pp. 25.